

**50%** das casas no Brasil não têm coleta de esgoto

**20 milhões** de brasileiros não têm onde morar

**25 mil** pessoas trabalham como escravas no país

## DIREITOS HUMANOS

Relatório lançado em Brasília amplia o conceito de violação à cidadania. Especialistas entendem que fome, desemprego, falta de moradia, de saúde, de educação e de água são formas de desrespeitar o indivíduo

# Muito além da tortura

DA REDAÇÃO

**N**em só de combate à tortura em delegacias e cadeias se ocupam os defensores dos direitos humanos. Um relatório lançado em Brasília alerta para violações a que muitos de nós somos sub-

metidos diariamente. Situações que — segundo os organizadores do documento — podem (e devem) ser encaradas como agressões graves aos direitos humanos.

O Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais 2003 é uma

tentativa de abrir o leque. "Geralmente, a defesa aos direitos humanos é restrita a questões civis e políticas", explica o advogado Jaime Bevenuto, coordenador do projeto.

O documento prioriza temas como meio ambiente, saúde, moradia, educação, trabalho e

alimentação, água e terra rural. Trata-se de uma compilação de dados produzidos pelo governo federal e por instituições de pesquisa independentes. Os relatórios ligados à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais visitaram vários estados do país

para verificar os problemas *in loco* e produzir o material.

Os relatores de cada um dos temas vão apresentar o resultado do trabalho ao governo federal. A ideia é levar sugestões e cobrar o empenho do Estado na solução dos problemas. "O documento vai servir para cobrar compro-

missos que o país assumiu com as organizações internacionais", explica Jaime Bevenuto.

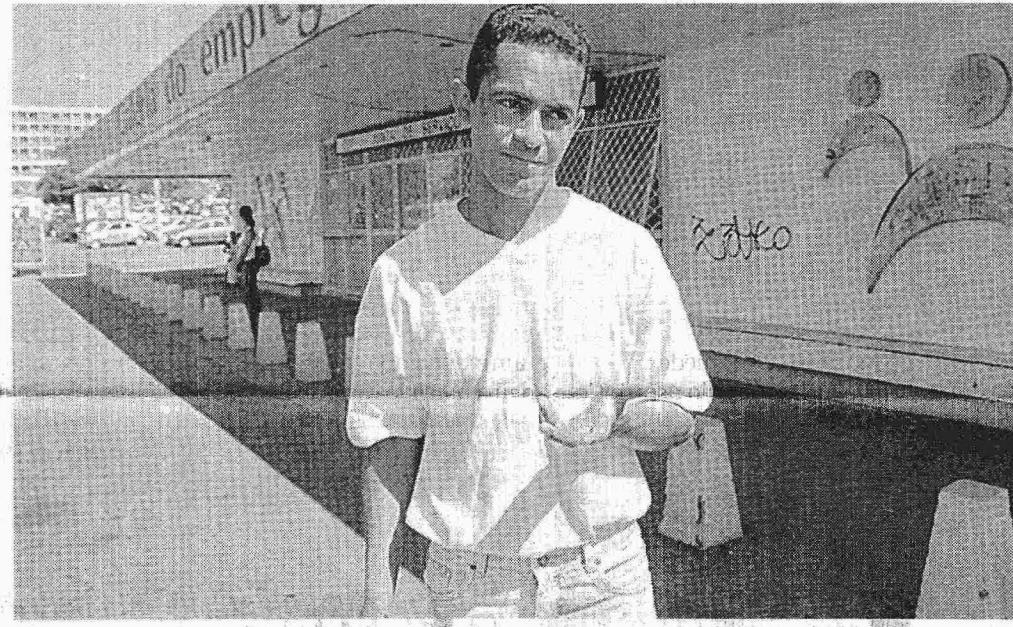
O material foi apresentado em abril deste ano à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Estas são as principais conclusões do trabalho:

## SEM DIREITO A:

Paulo de Araújo 4.6.03



Daniel Ferreira 18.6.03



## TRABALHO

José Roberto Pereira (foto) tem 30 anos e foi demitido há 10 meses. Passa o dia na rua — currículo debaixo do braço — à procura de um trabalho como motorista em Brasília e Sobradinho. "Mas está difícil. Nunca recebi retorno das empresas que procurei". O desemprego no Brasil atinge 12,8% da população. Segundo o relatório, a falta de postos de trabalho é uma das formas de violação aos direitos humanos. Outro problema mencionado no documento é o trabalho forçado. A Comissão Pastoral da Terra estima em 25 mil o número de pessoas em situação de trabalho escravo no Brasil. No ano passado, 5,6 mil deles foram libertados por fiscais do governo federal. O relatório demonstra ainda que existem 502 mil crianças e adolescentes no trabalho doméstico no Brasil. Mais da metade labuta mais de 40 horas semanalmente sem direito a férias, enquanto 64% recebem remuneração inferior a um salário mínimo.

Carlos Vieira 22.2.02



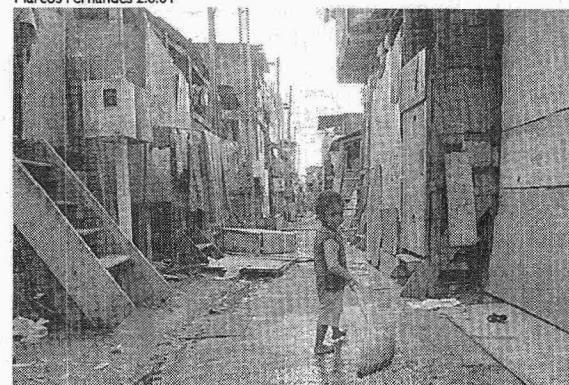
## SAÚDE

Segundo dados do governo federal, complicações durante a gravidez respondem por 6% dos óbitos de mulheres entre 10 e 49 anos no país e estão entre as dez primeiras causas de morte da população brasileira. A falta de acesso ao pré-natal e a baixa qualidade na assistência às gestantes são os principais fatores de risco apontados pelo relatório. A dificuldade de acesso da população carente a medicamentos e serviços também é sinônimo de infração aos direitos humanos. De 55 mil estabelecimentos de saúde existentes no país, a região Sudeste concentra 38%. O setor privado mantém 70% dos leitos. No que se refere a UTIs mantidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), metade está em hospitais particulares e 27% em universitários. Apenas 23% são mantidos em hospitais públicos. O relatório cita ainda violações aos direitos humanos no interior de instituições psiquiátricas.

## MORADIA ADEQUADA

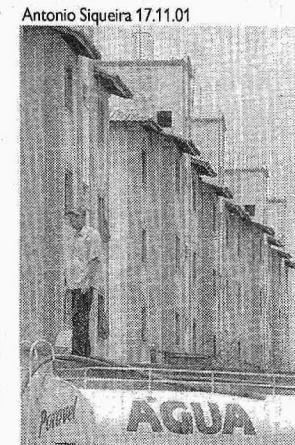
Há 166 milhões de hectares de latifúndios improdutivos no Brasil, o equivalente a 60% da área total do país. Ainda assim, mais de 20 milhões brasileiros (11,7% da população) não têm onde morar. A falta de moradia é outro tipo de infração aos direitos humanos apontado pelo relatório. O documento sugere que falhas em políticas públicas reforçam o problema. A população com renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil tem cada vez menos acesso à moradia a preços de mercado. O relatório ressalta ainda o direito à moradia muitas vezes negligenciado a povos indígenas e negros. Tribos que vivem em regiões de ocupação colonial mais antiga (no Nordeste, Leste e Sul do país) estão confinadas em pequenos territórios e até nas periferias das cidades. O assentamento de todos os trabalhadores rurais sem terra, a reforma agrária, o incentivo a cooperativas habitacionais e o acesso a crédito por famílias de baixa renda são sugestões do relatório.

Marcos Fernandes 2.6.01



## ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E TERRA RURAL

De acordo com informações da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), 20% dos brasileiros não têm acesso à água potável. Cerca de 40% da água das torneiras não é confiável, 50% das casas não têm coleta de esgoto e 80% dos esgotos coletados são lançados diretamente em rios — sem qualquer tipo de tratamento. O relatório também alerta para a dificuldade de acesso à terra rural no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima em mais de 5 milhões o número de famílias que precisam de áreas para plantar no país, mas — segundo a legislação vigente — só há terras disponíveis para assentar 2,5 milhões de famílias. No que se refere à situação nutricional da população brasileira, os relatores recorrem a dados do próprio governo federal para demonstrar que 54 milhões de pessoas estão em condição de insegurança alimentar. O documento sugere uma maior articulação entre o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e o Ministério da Saúde para fortalecer o componente nutricional e de saúde do programa Fome Zero.



## MEIO AMBIENTE

A grilagem de terras associada à exploração predatória da madeira é apontada pelo relatório como a mais importante forma de violação ao meio ambiente no Brasil. O estado do Pará é citado como um dos que mais sofre com o problema. Na cidade de Altamira, terras públicas sob responsabilidade dos governos federal e estadual são afetadas pelo garimpo e pela extração da madeira — principalmente do mogno. A ocupação irregular da área provocou a poluição do rio Iriri e a morte de peixes. Povos indígenas e comunidades ribeirinhas são as principais vítimas das grandes fazendas de agropecuária que se instalaram na região. Outra violação relatada pelo documento é provocada pela poluição industrial. O relatório cita o caso de uma empresa de solventes instalada em Cubatão (SP), que teria desrespeitado normas e práticas de segurança e higiene do trabalho. O caso é considerado pelo Greenpeace como um dos dez mais graves do mundo.